

CRÉDITO E DEPÓSITOS EM PORTUGAL

□ O crédito concedido em Portugal por Instituições Financeiras Monetárias (IFM) tem seguido uma trajectória descendente nos últimos anos, em resultado de um processo de desalavancagem por parte do sector bancário, empresas e particulares. Ainda que se registre uma redução dos *stocks* médios de crédito, essa diminuição é feita a ritmos cada vez menores, quer no caso dos particulares, quer no caso das sociedades não financeiras (SNF). No que diz respeito aos particulares, o crédito à habitação continua a representar a maior parcela dos empréstimos concedidos, um nível superior ao observado para a Zona Euro. Relativamente ao crédito em risco para particulares, e após consecutivos aumentos até 2014, o rácio parece ter estabilizado em cerca de 12% nos últimos anos. Nota positiva para o facto dos montantes de novas operações nos empréstimos concedidos a particulares terem recuperado no caso do crédito à habitação e consumo, ainda que, no primeiro caso, continue longe dos montantes concedidos antes da crise financeira de 2008/09. Do lado das SNF, no ano passado o comércio, alojamento e restauração era o sector que apresentava o peso mais relevante no total do *stock* de crédito às empresas, contrariando o que acontecia em 2007, em que a construção assumia o papel principal. No conjunto, a construção e imobiliário explicam mais de metade do crédito vencido no caso das SNF, ainda que se tenha assistido a uma recuperação mais recentemente.

□ Os depósitos domiciliados no sector bancário português em percentagem do PIB estão ligeiramente acima da média da Zona Euro, embora comparem mal com o nível em Espanha; por outro lado, representam uma componente similar na estrutura de financiamento da banca dos dois lados da fronteira. Em 2016, os depósitos aumentaram cerca de 1.2%, no segundo ano de subida. O aumento deveu-se principalmente ao comportamento dos depósitos dos particulares, das empresas não-financeiras, e dos não residentes; em sentido contrário, os depósitos da administração pública diminuíram, tal como os montantes depositados pelas OIFAF's¹ e SSFP's². Registou-se a continuação e aprofundamento da tendência de substituição de montantes a prazo por dinheiro à ordem, o que se configura como consequência das baixas taxas oferecidas nos depósitos a prazo pela banca.

1. CRÉDITO EM PORTUGAL

O *stock* de crédito total, que inclui o crédito não titulado concedido por Outras Instituições Financeiras Monetárias residentes, bruto de operações de titularização³, tem assumido uma trajectória de contracção desde 2011, atingindo uma queda significativa em 2013; a partir desse ano, o crédito total concedido tem diminuído a ritmos menores, atingindo, em 2016, -3.9% em média, que compara com -4.6% em 2015. Excluindo o sector não residente, a taxa média de variação homóloga atingiu -4.1% no ano passado, face a -4.7% em 2015. A diferença é ainda mais acentuada quando analisamos a evolução do crédito total excluindo a Administração Pública (-3.8% vs -5.4% em 2015).

O rácio de transformação (quociente entre crédito e recursos de clientes, em base consolidada, saldos em fim de período) segue uma tendência descendente, após o pico registado em 2009 (161.5%). No final do terceiro trimestre de 2016, o rácio tinha atingido 101.0%, de acordo com o Banco de Portugal (BdP), o que compara com 102.6% no final de 2015. Recorde-se que, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, o Banco de Portugal tinha instituído que o rácio diminuísse para 120% no caso dos oito maiores grupos bancários até 2014. Ainda que seja visível esse processo de desalavancagem, nota para o facto do rácio do crédito a clientes⁴ em percentagem do PIB em Portugal ser dos mais elevados na Zona Euro; de acordo com a APB, em 2015, este rácio era de 123% em Portugal, enquanto na área do euro atingia 113% (os nossos cálculos apontam para um rácio de 132% e 124% para 2015 e 2016, respectivamente, tendo por base o *stock* médio de crédito total).

¹Outros Intermediários Financeiros (como fundos de investimento, sociedades de factoring, entre outros) e Auxiliares Financeiros (sociedades gestoras de patrimónios, sociedades corretoras, entre outros).

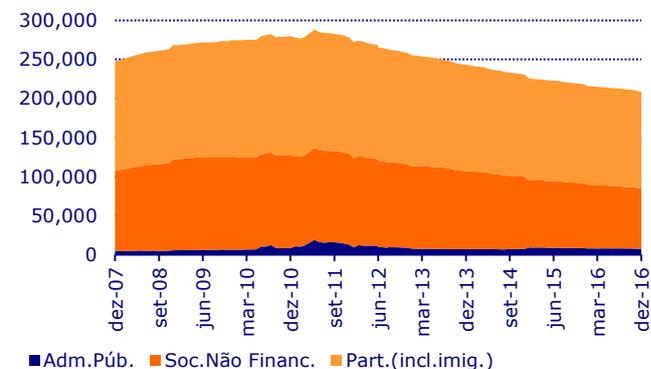
²Sociedades de Seguros e Fundos de Pensões.

³A análise aqui apresentada tem por base os dados publicados pelo Banco de Portugal numa base mensal e a partir dos quais são elaborados os respectivos cálculos, salvo em determinadas situações em que se recorre a outras fontes. As taxas de crescimento mencionadas nesta análise podem diferir das apresentadas pelo BdP, devido a correções efectuadas pela instituição, recorrendo a informação confidencial e à qual não nos é facultado o acesso.

⁴Crédito ao sector não monetário da economia; saldo em final de período.

Evolução do volume de crédito, por sector institucional

(milhões EUR)



Fonte: Banco de Portugal

Rácio de Transformação

(%)



Fonte: APB

OPINIÃO

CRÉDITO E DEPÓSITOS EM PORTUGAL (cont.)

O rácio de crédito em risco⁵ em percentagem do crédito total tem revelado uma tendência de aumento ligeiro ao longo dos últimos anos; os dados disponíveis para 2016 apontam para 12.5% no final de Setembro (no final de 2015, tinha sido de 12.0%). O agravamento verificado tem explicação, sobretudo, na evolução do indicador para as empresas não financeiras, abordado com mais detalhe no capítulo 1.2. A partir de 2011, o rácio de crédito em risco em Portugal excedeu o observado para a área do euro (em 2015, de acordo com os dados da APB, o rácio português excedeu em mais do dobro o obtido para a Zona Euro).

O inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito⁶, publicado em Janeiro de 2017 e o qual assenta em dados do último trimestre de 2016, revela que a pressão da concorrência terá contribuído para uma redução da restritividade na concessão de empréstimos, a par de uma percepção mais optimista quanto aos riscos para o mercado de crédito à habitação e situação económica em geral. No caso do crédito à habitação, contribuíram ainda as melhores perspectivas para a evolução dos preços das habitações. Outra conclusão interessante neste inquérito prende-se com o facto de os bancos inquiridos não considerarem que as alterações de regulação tiveram impacto nos critérios de aprovação do crédito concedido. Para o 1T de 2017, algumas instituições bancárias inquiridas antecipam um aumento da procura de empréstimos ou linhas de crédito no caso das empresas, a par de um incremento no caso das Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Relativamente aos particulares, também é esperado por alguns bancos um aumento ligeiro na procura, quer para habitação, quer para consumo e outros fins. No que diz respeito à oferta, não é esperado que as instituições alterem os seus critérios de concessão ao sector privado não financeiro.

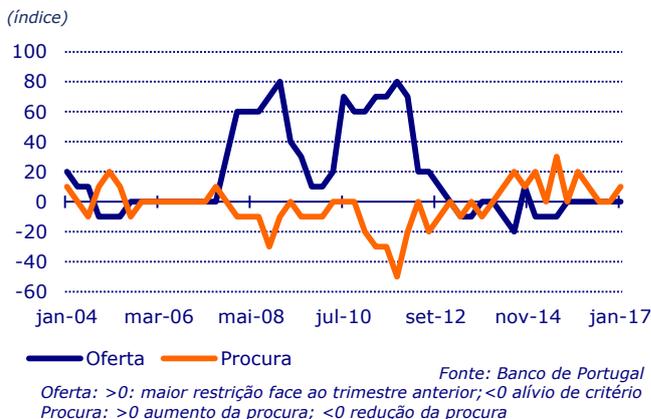
1.1. Crédito a Particulares

Para a análise do crédito a particulares, considerou-se o total do crédito concedido a particulares residentes, a emigrantes e o montante de empréstimos cedidos por outras Instituições Financeiras Monetárias (IFM) em operações de titularização. **Assim, verifica-se que, em 2016, o stock de crédito bancário concedido aos particulares diminuiu em termos médios, seguindo a tendência registada desde a crise da dívida soberana, embora a taxa cada vez menores.** Em 2016, o crédito concedido a particulares caiu 2.4% em média, enquanto em 2015 a queda tinha sido de 3.5%. A par disso, o endividamento dos particulares em percentagem do PIB manteve a trajectória descendente, atingindo, no final de 2016, 77.6% (o que compara com 95.4% no final de 2009), de acordo com o Banco de Portugal.

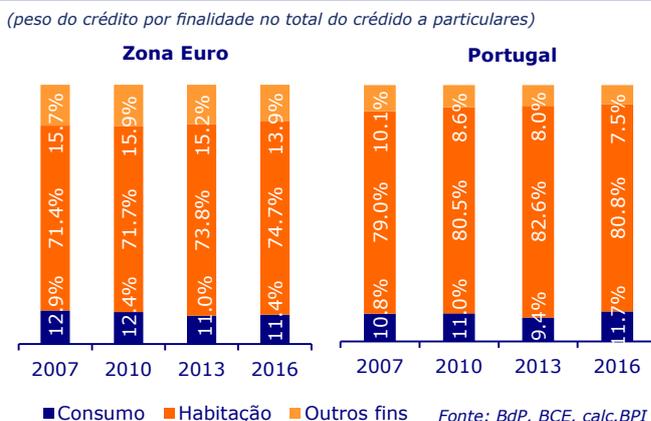
Relativamente aos níveis de incumprimento, o rácio do crédito de cobrança duvidosa no total do crédito concedido registou uma evolução de queda ligeira na segunda metade de 2016, mantendo-se, ainda assim, perto de 4% no final do ano (recorde-se que, em Dezembro de 2008, o rácio se situava ligeiramente acima dos 2%).

⁵A Definição do BdP: "(...) são classificados como crédito em risco pela totalidade do valor em dívida (...) os créditos que verifiquem uma das condições seguintes: (i) crédito vencido há pelo menos 90 dias; (ii) crédito reestruturado após ter estado vencido há pelo menos 90 dias, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas (...) ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos, ou (iii) crédito vencido há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência ou liquidação do devedor." – Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 2016
⁶Inquérito realizado a cinco grupos bancários incluídos na amostra portuguesa, de acordo com o BdP.

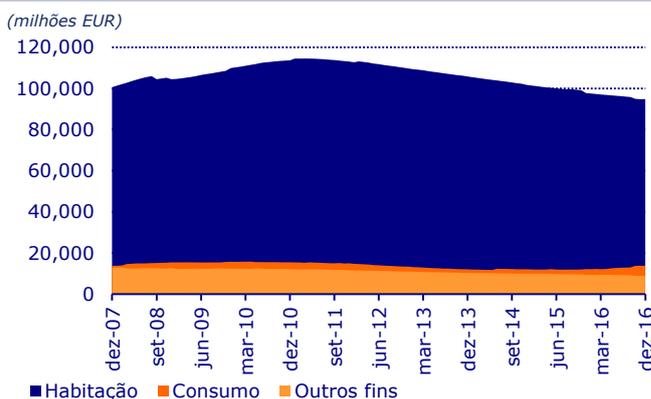
Inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito: ENF - Apreciação geral



Distribuição do crédito por finalidade, Zona Euro vs Portugal



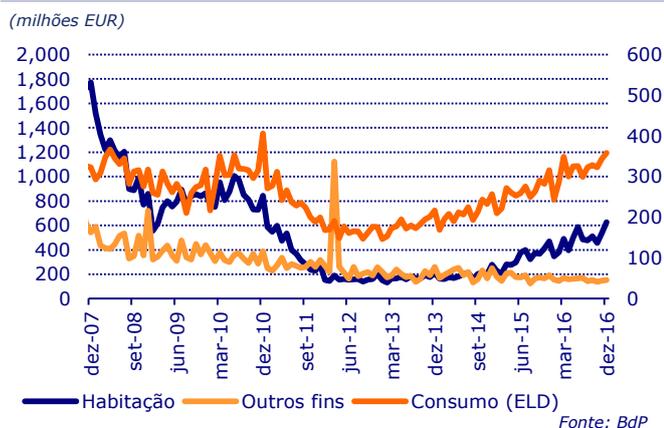
Empréstimos de OIFM a Particulares, por finalidade



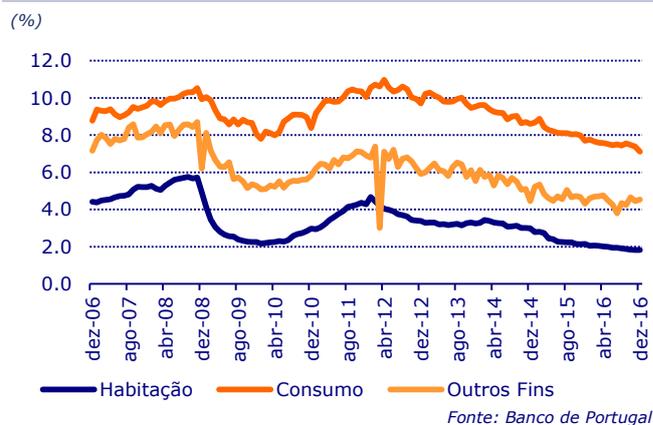
CRÉDITO E DEPÓSITOS EM PORTUGAL (cont.)

O crédito à habitação tem registado a maior parcela de crédito bancário concedido aos particulares: em 2014, atingiu o seu valor máximo (82.6% do total do crédito concedido aos particulares), e recentemente tem desenhado uma tendência descendente, reduzindo em 2016 em 1.1 ponto percentual (p.p.) para cerca de 81%. Este valor compara com um peso de 75% na área do euro, de acordo com os dados consolidados do BCE. No ano passado, o crédito à habitação sofreu uma queda de 3.3%, o que compara com -3.8% em 2015. O Banco de Portugal justifica a queda do *stock* de crédito à habitação com os elevados reembolsos antecipados que têm ocorrido neste segmento. Apesar de se verificar diminuições no *stock* de crédito para habitação, importa ter em consideração o aumento dos fluxos de novas operações para este fim ao longo de 2016, ultrapassando os valores observados em 2011. Comparando 2016 com o ano anterior, é possível assistir a um aumento de cerca de 44% dos montantes de novas operações. Ainda assim, mantêm-se longe de valores registados antes da crise financeira de 2008/09 (em 2007, o montante de novas operações de crédito à habitação somou EUR 19,630 milhões, o que compara com EUR 5,790 em 2016).

Montantes de novas operações de empréstimos concedidos por IFM a particulares, por finalidade

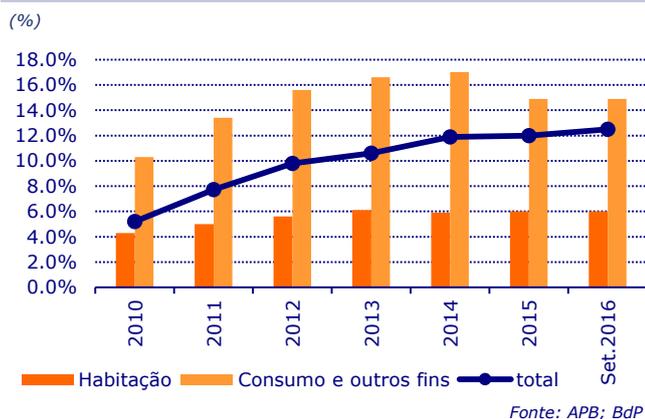


Taxas de juro de novas operações de empréstimos concedidos por IFM a Particulares

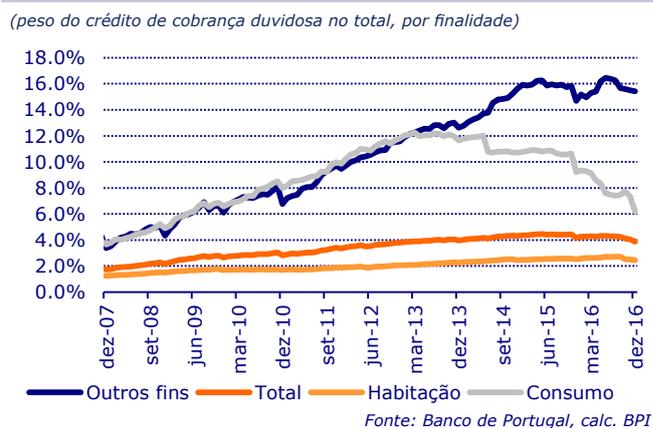


Analisando o **índice de incumprimento para o segmento da habitação**, medido pelo quociente entre crédito de cobrança duvidosa e o total do crédito concedido neste segmento, **é possível assistir a um aumento nos últimos anos**. O indicador aumentou para 2.7% em meados de 2016, terminando o ano em níveis inferiores (2.5%). **O rácio de crédito em risco tem permanecido estável em torno de 6% nos últimos anos** e, de acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal para 2016 (até ao 3T), o rácio permaneceu perto deste valor.

Crédito em risco em percentagem do crédito total correspondente (Habitação e Consumo e outros fins)



Peso do crédito de cobrança duvidosa no total concedido, por finalidade



Relativamente ao restante crédito concedido a particulares, crédito ao consumo e outros fins, verificou-se em 2016 uma reversão do cenário de quedas registado desde 2011. Neste segmento, verificou-se um aumento médio de 1.6%, comparativamente a -1.9% em 2015. A partir de Junho, a taxa de crescimento homóloga assinalou variações positivas, sendo que, em Outubro e Novembro, atingiu níveis superiores a 5%, o que já não acontecia desde finais de 2008. Apesar disso, o *stock* de crédito ao consumo e outros fins continua longe de valores máximos registados em 2009/10. Relativamente às novas operações, no caso do crédito ao consumo, verificou-se um aumento de cerca de 21% no ano de 2016, comparativamente ao ano anterior. Contrariamente a esta evolução, o crédito concedido para outros fins registou uma redução de cerca de 12%, no mesmo período de análise.

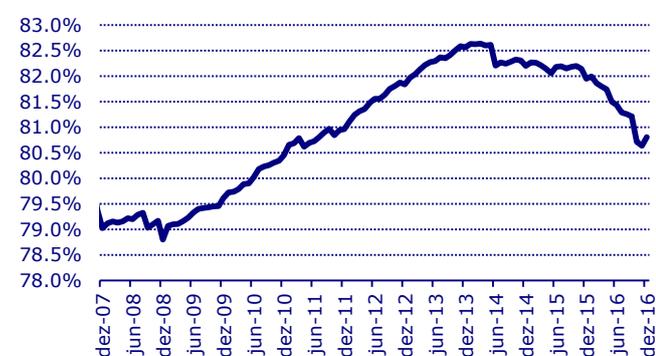
OPINIÃO

CRÉDITO E DEPÓSITOS EM PORTUGAL (cont.)

Analisando com maior atenção **o crédito ao consumo⁷, é possível assistir a uma redução do seu peso no total do crédito concedido pelo sector bancário** (no final de 2016, o seu peso atingiu os 12%, um nível semelhante ao registado na área do euro). No entanto, de acordo com o Banco de Portugal, ainda que o peso do crédito ao consumo na dívida total dos particulares e nos empréstimos concedidos pelas instituições financeiras seja reduzido, este segmento revela um nível de incumprimento elevado, pelo que um aumento significativo pode reflectir-se num acréscimo de vulnerabilidades para o sistema financeiro e para os indivíduos. Ainda de acordo com o BdP, **os maiores contributos para o crescimento do crédito ao consumo nos últimos tempos resultam do crédito para compra de automóvel e do crédito pessoal** (em menor dimensão). Adicionalmente, a instituição refere que o aumento do crédito à compra de veículos aconteceu devido à compra de automóveis para renovação de frotas, após o período da crise financeira; mais recentemente, na primeira metade de 2016, a evolução do crédito automóvel pode ainda ser justificada pela compra de veículos em antecipação ao agravamento do ISV (Imposto Sobre Veículos). Em conclusão, importa ainda mencionar que a concessão de crédito ao consumo tem sido feita a indivíduos com classes de risco intermédias, que, de acordo com o BdP, são aqueles com um *spread* entre 5% e 8% e entre 8% e 10%⁸.

Peso do crédito à habitação no total do crédito concedido aos particulares

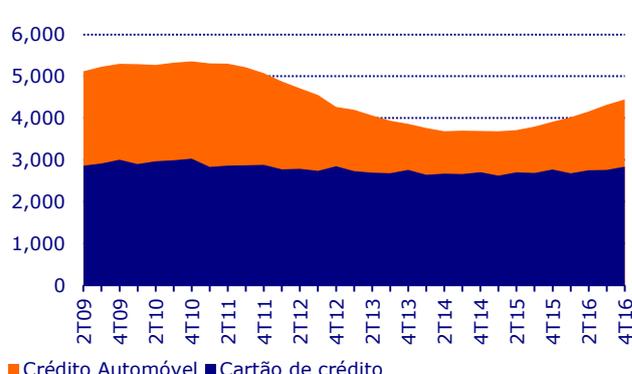
(peso do crédito à habitação no total)



Fonte: Banco de Portugal, calc. BPI

Evolução do crédito automóvel e cartão de crédito

(milhões EUR)



■ Crédito Automóvel ■ Cartão de crédito

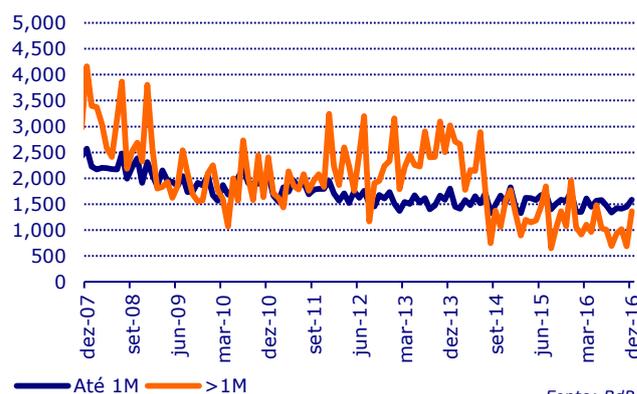
Fonte: Banco de Portugal

1.2. Crédito a Sociedades Não Financeiras

Tal como no crédito a particulares, também a concessão de empréstimos a sociedades não financeiras tem registado taxas médias de crescimento negativas desde 2011. Nota para o facto de, em finais de 2014 e durante o ano de 2015, a queda do crédito concedido a empresas não financeiras ter atingido taxas de dois dígitos. O *stock* de crédito concedido às empresas caiu, em média, 6,1% em 2016 (-10,8% em 2015), enquanto as novas operações de empréstimos caíram 12% face a 2015 (nesse ano, a queda tinha sido de 18%). A contratação de novas operações até 1 milhão de euros diminuiu, em média, 6% face ao período homólogo, enquanto as operações de valor superior a esse montante caíram 19% (em 2015, este segmento tinha registado uma queda de 33% face ao ano precedente). Neste último caso pode estar em causa o recurso a outras formas de financiamento, designadamente por grandes empresas, tirando partido do programa de compra de activos pelo BCE e respectivo estreitamento de *spreads*. **No que diz respeito ao crédito em risco, denota-se uma estagnação no caso das sociedades não financeiras em torno de 20%, superior ao verificado para o total da economia.**

Montantes de novas operações de empréstimos concedidos por IFM a SNF, por dimensão da operação

(milhões EUR)



— Até 1M — > 1M

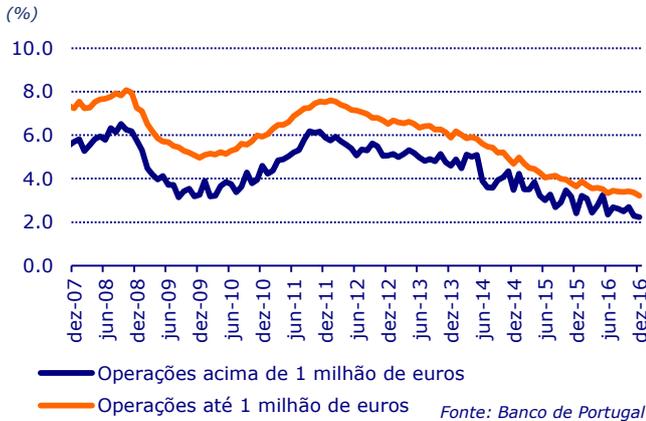
Fonte: BdP

⁷ Inclui: (i) crédito pessoal; (ii) crédito automóvel; (iii) cartões de crédito; (iv) outros créditos ao consumo.

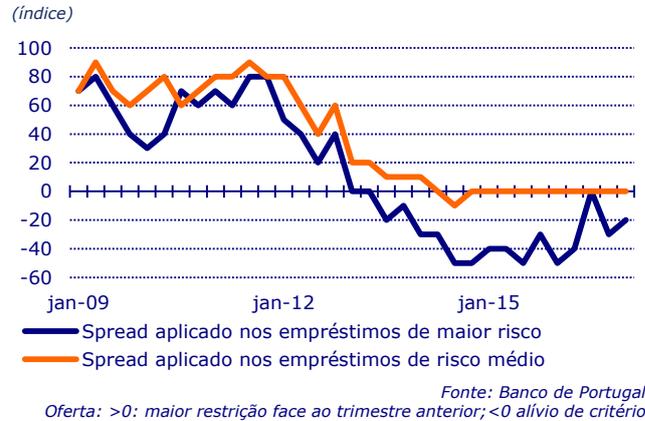
⁸ Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal (Novembro de 2016).

CRÉDITO E DEPÓSITOS EM PORTUGAL (cont.)

Taxas de juro de novas operações de empréstimos concedidos por IFM a Soc. não Financ.

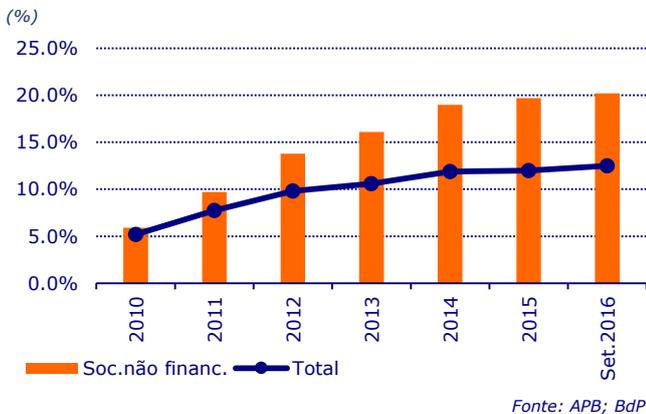


Inquérito aos bancos: condições que afectam a oferta de crédito a Grandes Empresas - Spreads

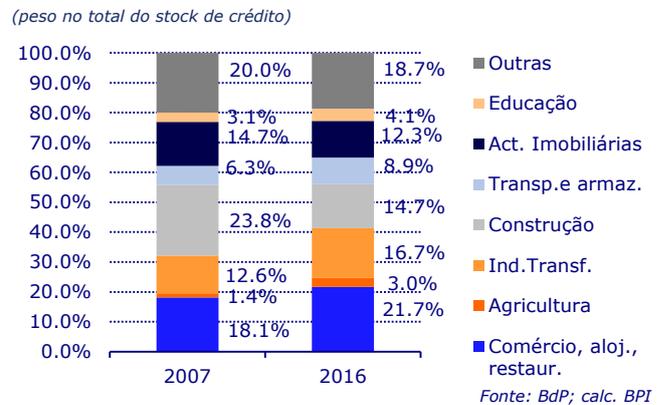


Analisando o *stock* de crédito a sociedades não financeiras por sector de actividade, entre 2007 e 2016, verifica-se um aumento do peso dos sectores da indústria transformadora, comércio, alojamento e restauração, transporte e armazenamento, agricultura e educação (nos dois últimos casos, o aumento foi de menor dimensão do que nos restantes sectores). Em sentido distinto, destacam-se os sectores da construção, onde o peso no total do crédito concedido a SNF reduziu 9 p.p. entre 2007 e 2016, e do imobiliário (-2.3 p.p.). O peso da construção e do imobiliário desenhou uma tendência descendente em Portugal desde 2007, o que contraria o verificado na Zona Euro, onde o peso destes dois segmentos aumentou até 2012, invertendo-se posteriormente e após a contracção da actividade no sector da construção. A representatividade destes dois sectores no total do crédito concedido às sociedades não financeiras (a construção e imobiliário tinham um peso de 27% no total em 2016) e a tendência descendente observada no crédito concedido explicam a evolução desfavorável do crédito total às empresas.

Crédito em risco em percentagem do crédito total correspondente (Soc. não Financeiras)

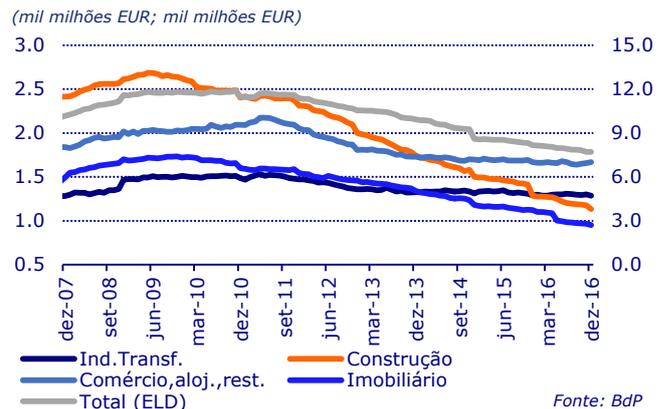


Distribuição do stock de crédito a SNF, por sector de actividade



O crédito vencido no caso das empresas registou um forte aumento em 2011, atingindo um pico posteriormente em 2014, em linha com a deterioração das condições económicas e financeiras vividas no país. Em 2011, o crédito vencido na construção e imobiliário em conjunto aumentou em mais de 60% (nesse ano, o peso dos dois sectores no total do crédito vencido às SNF superava os 50%). Nos dois últimos anos, e em linha com a *performance* registada nestes dois sectores, o crédito vencido das empresas não financeiras tem diminuído. Em 2016, destacam-se os sectores da construção e da indústria transformadora, onde o crédito vencido diminuiu cerca de 7% face ao ano anterior.

Evolução do crédito concedido a SNF: sectores mais representativos



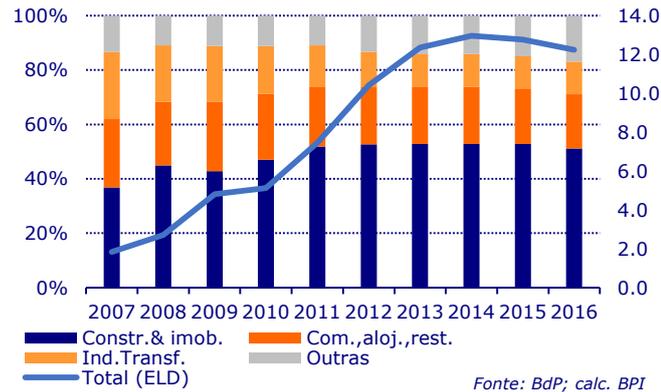
OPINIÃO

CRÉDITO E DEPÓSITOS EM PORTUGAL (cont.)

Os empréstimos concedidos a empresas privadas têm seguido uma trajectória descendente desde que o Banco de Portugal tem publicado estes dados (2009). Mais volátil tem sido, no entanto, o crédito concedido a empresas privadas exportadoras⁹; em 2016, o stock de crédito manteve-se longe dos valores observados em 2011/12. **O rácio de crédito vencido no caso das empresas exportadoras tem-se mantido substancialmente abaixo do observado para o total das empresas privadas;** nota-se, no entanto, uma trajectória ascendente desde finais de 2014, atingindo, no final de 2016, um nível superior a 5% (16% no caso do total das empresas privadas).

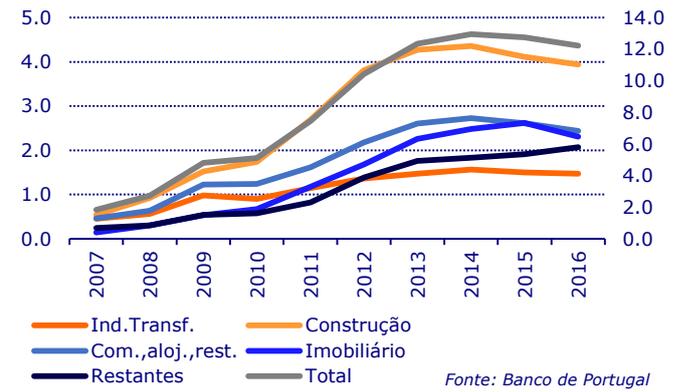
Peso do crédito vencido por sector de actividade no total do crédito vencido de SNF

(%; mil milhões EUR)



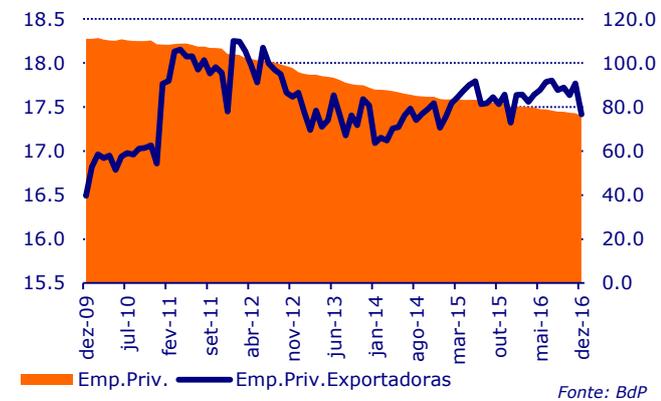
Crédito vencido no caso das SNF, por sector de actividade

(mil milhões EUR; mil milhões EUR)



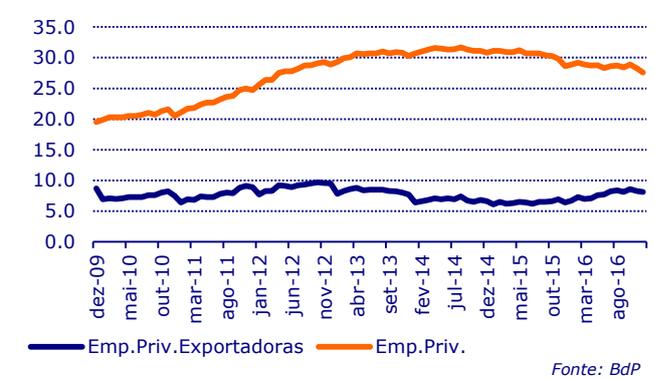
Evolução do crédito concedido a empresas privadas vs privadas exportadoras

(mil milhões EUR; mil milhões EUR)



Percentagem de Sociedades Não Financeiras privadas com crédito vencido

(%)

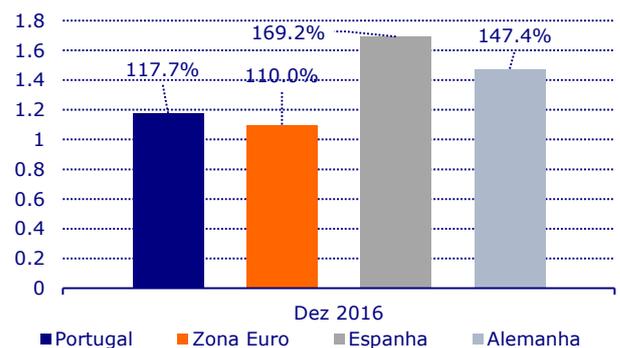


2. DEPÓSITOS BANCÁRIOS EM PORTUGAL

De acordo com os dados do BCE relativos a Dezembro de 2016, em Portugal, **os depósitos do sector não-monetário, excluindo a administração central, representavam cerca de 118% do PIB. Estes números são ligeiramente superiores ao verificado na Zona Euro, onde o nível de depósitos totalizava na mesma altura 110% do PIB.** No entanto, em comparação com a vizinha Espanha, o nosso nível de depósitos é significativamente mais baixo: do outro lado da fronteira, os depósitos no final de 2016 contabilizavam 169% da actividade económica; na Alemanha, o nível foi um pouco mais baixo, 147% do PIB.

Depósitos na Zona Euro

(percentagem do PIB)

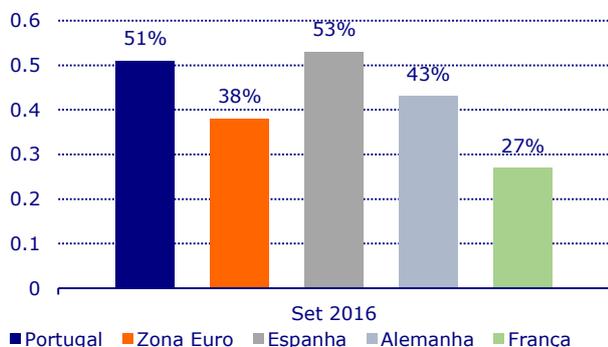


⁹ De acordo com o Banco de Portugal, as empresas privadas exportadoras cumprem os seguintes critérios: "(i) pelo menos 50% do volume de negócios proveniente de exportações; ou (ii) pelo menos 10% do volume de negócios proveniente de exportações e o montante destas superior a 150 mil euros".

CRÉDITO E DEPÓSITOS EM PORTUGAL (cont.)

Depósitos na Zona Euro

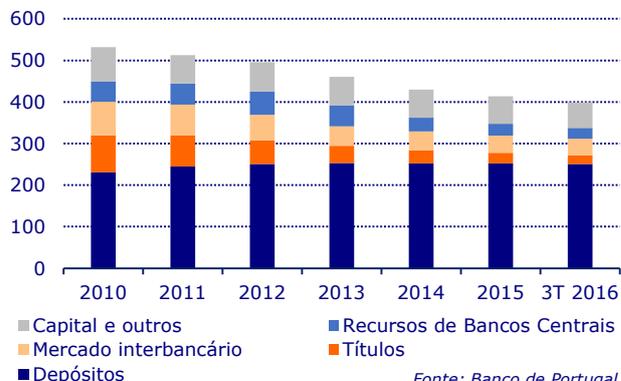
(percentagem da estrutura de financiamento dos bancos)



Fonte: BCE

Estrutura de financiamento dos bancos

(mil milhões EUR)



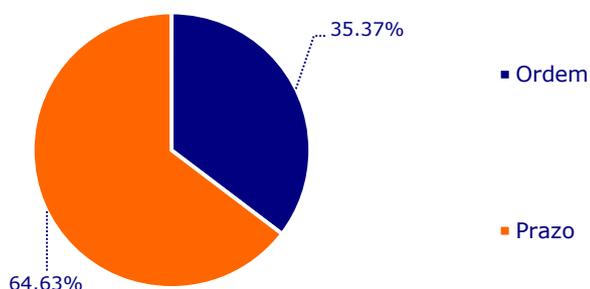
Fonte: Banco de Portugal

Olhando para os depósitos como recursos bancários, a realidade é em Portugal já mais similar a Espanha: em Setembro de 2016, os depósitos eram 51% do financiamento dos bancos, apenas ligeiramente abaixo do país vizinho. Os dois países ibéricos apresentavam uma proporção do financiamento através de depósitos significativamente acima da Zona Euro, onde 38% do financiamento é feito com recurso a este meio. Em França, por exemplo, os depósitos representavam apenas 27% da estrutura de financiamento da banca – é de notar também que, ao mesmo tempo, tanto Portugal como Espanha apresentavam uma maior porção de capital nos recursos (13% e 11%, respectivamente, em Portugal e Espanha), quando esta componente representava apenas 8% do financiamento dos bancos da Zona Euro. Olhando apenas para Portugal, nota-se que a evolução dos últimos anos **corresponde a um aumento da importância dos depósitos** enquanto financiamento dos bancos, ao mesmo tempo que se **diminuiu bastante o financiamento através de títulos e do mercado interbancário**. É também de destacar a **diminuição da dependência do BCE no período mais recente**: os recursos de bancos centrais, que chegaram a representar 11.1% do financiamento em 2013, representavam em Setembro de 2016 apenas 6.5% dos recursos angariados pela banca.

Novamente em Dezembro de 2016, e de acordo com os dados do Banco de Portugal, **os depósitos do sector não-monetário em Portugal contabilizavam EUR 236.5 mil milhões, 128% do PIB.** Destes, 58.9% (EUR 139.3 mil milhões) eram detidos por particulares, 13.8% (EUR 32.8 mil milhões) por empresas não financeiras, 8.6% (EUR 20.2 mil milhões) por não-residentes e 4.0% (EUR 9.5 mil milhões) pela Administração Pública. Além disso, as OIFAF's e as SSFP's detinham, respectivamente, 12.6% e 2.1% dos depósitos. Em termos de tipo de depósito, no final de 2016, 35.4% destes eram à ordem (DO), enquanto os restantes eram detidos a prazo (DP). É de notar que, além da diferença no perímetro dos dados entre o BCE e o BdP (estes últimos incluem a Administração Pública), há também diferenças ao nível da consolidação dos dados.

Depósitos por tipo de depósito - Dez 2016

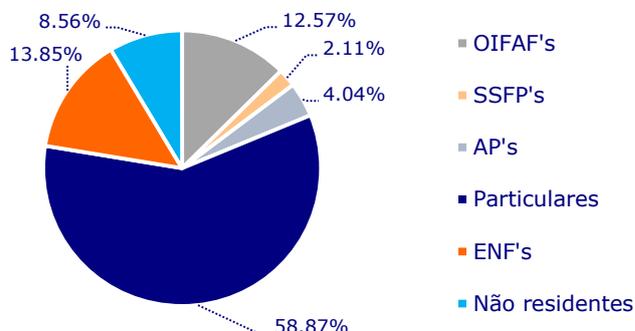
(percentagem dos depósitos do sector não monetário)



Fonte: Banco de Portugal; calc. BPI

Depósitos por tipo de detentor - Dez 2016

(percentagem dos depósitos do sector não monetário)



Fonte: Banco de Portugal; calc. BPI

2.1. Evolução em 2016

Para poder retratar a evolução dos depósitos durante o ano passado, recorreremos aos números médios para os 12 meses do ano, em contraste com a anterior análise estática de caracterização, onde foram fixados pontos parados no tempo. Assim, no total do sector não monetário, os depósitos rondaram em 2016 uma média de **EUR 235.2 mil milhões, o**

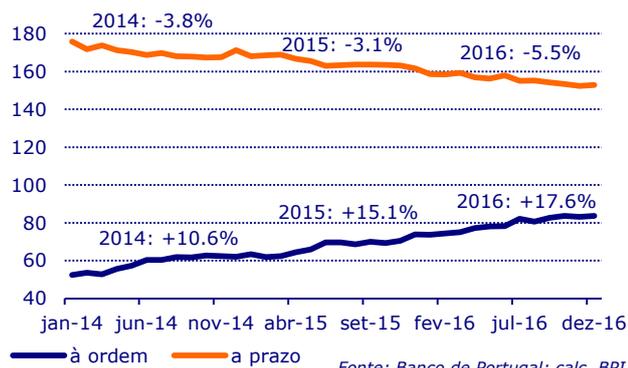
OPINIÃO

CRÉDITO E DEPÓSITOS EM PORTUGAL (cont.)

que configura um crescimento de 1.2% em relação à média observada em 2015, e acima da inflação, denotando um crescimento do valor real dos depósitos, mas ainda assim abaixo do crescimento nominal do PIB, fazendo assim com que o valor dos depósitos em percentagem do PIB baixasse de uma média de 129.5% em 2015 para 127.3% em 2016. A globalidade dos depósitos observa assim o seu segundo ano de subida, depois de em 2015 ter aumentado 1.6%, verificando-se, assim, um abrandamento.

Depósitos a prazo e à ordem

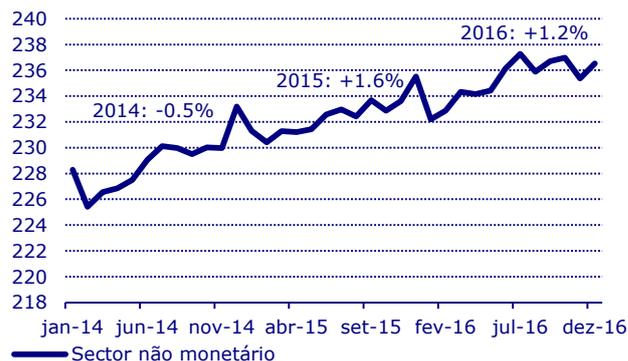
(mil milhões EUR)



Fonte: Banco de Portugal; calc. BPI

Depósitos do sector não monetário

(mil milhões EUR)

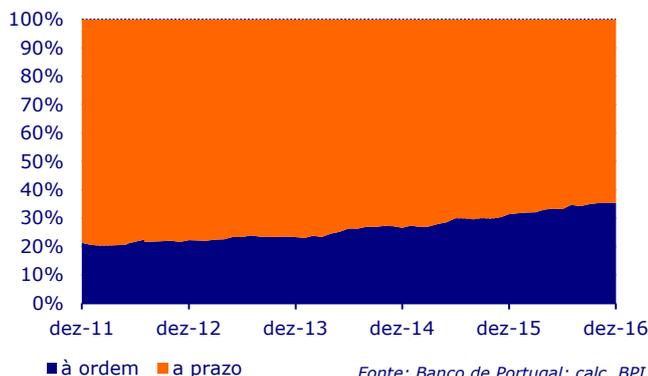


Fonte: Banco de Portugal; calc. BPI

Na comparação entre os DO e DP, nota-se claramente uma tendência de subida nos montantes à ordem, muito em virtude de uma substituição em detrimento de depósitos a prazo, naturalmente devido à perda de atractividade destes últimos com a baixa das taxas oferecidas pela banca como remuneração, e face ao reduzido (ou inexistente) prémio por imobilização do capital. O valor à ordem acelerou o aumento em 2016 para 17.6%, depois de ter subido 15.1% em 2015 e 10.6% em 2014. Em simultâneo, como referido acima, os montantes em DP têm diminuído nos últimos 3 anos, com a quebra de 5.5% em 2016 a verificar-se algo mais abrupta do que as anteriores descidas de 3.8% e 3.1%, respectivamente, em 2014 e 2015. **É de particular importância notar a continuação desta tendência desde Outubro de 2011, altura em que os DO em percentagem do total dos depósitos representaram um mínimo de 20.2%, somando em Dezembro 35.4%, um máximo desde Janeiro de 2006**, com o percurso simétrico dos DP. O movimento tem seguido a evolução das taxas oferecidas pela banca, que têm baixado nos últimos anos, acompanhando o tom geral das várias taxas de juro em diversas geografias, mas em particular na Zona Euro, onde a política monetária tem permanecido bastante acomodática. No ano passado, a taxa de juro acordada nas novas operações para empresas fixou-se num valor médio de 0.2475%, significativamente abaixo dos 0.455% oferecidos em 2015, e bem longe dos 3.622% acordados durante o ano de 2011. No caso dos particulares, apesar das taxas relativamente mais altas, verifica-se a mesma tendência de descida: os 0.394% praticados em 2016 ficam abaixo dos 0.746% de 2015, e também a uma larga distância da média de 3.586% verificada em 2011.

Depósitos a prazo e à ordem

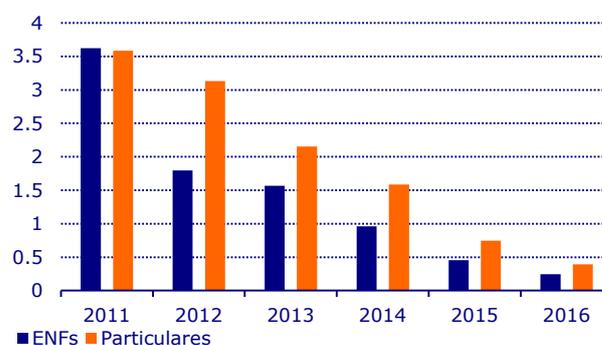
(percentagem do total)



Fonte: Banco de Portugal; calc. BPI

Taxas de juro acordadas

(taxa de juro média)



Fonte: Banco de Portugal; calc. BPI

CRÉDITO E DEPÓSITOS EM PORTUGAL (cont.)

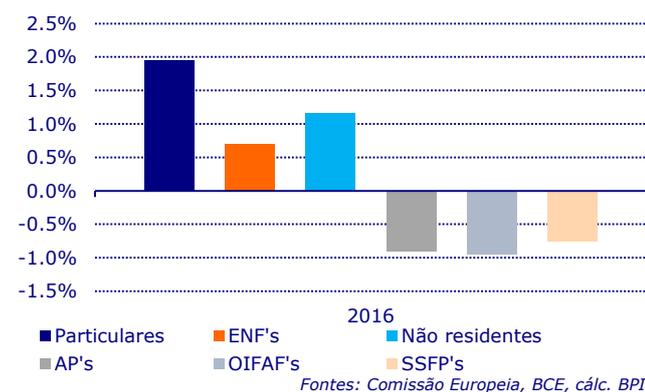
2.2. Evolução por sector

Apesar da utilidade da informação relativa à evolução global dos montantes dos depósitos, é significativamente mais interessante poder analisar em separado as várias realidades dos depósitos consoante a sua origem e tipo, já que estas contam histórias relativamente diferentes.

Houve 3 sectores a dar contributos positivos para a evolução dos depósitos em 2016, por ordem crescente, os particulares (+2.0 p.p.), os não-residentes (+1.2 p.p.), e as empresas não-financeiras (+0.7 p.p.).

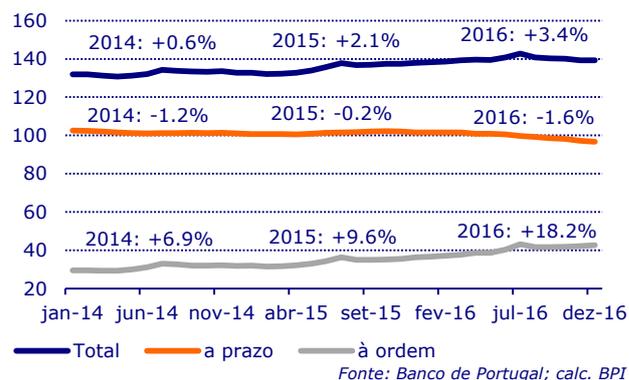
Contributos para o crescimento dos depósitos

(pontos percentuais)



Depósitos dos particulares

(mil milhões EUR)

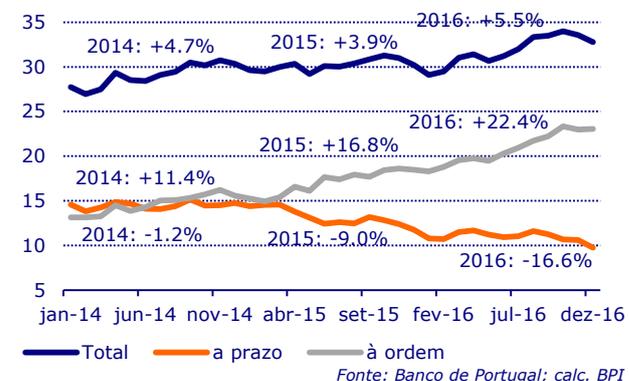


Os depósitos dos particulares registaram uma aceleração no crescimento entre 2015 e 2016, aumentando 3.4%, 1.3 p.p. acima do aumento no ano anterior (ano em que tinha também sido registada uma aceleração, de 1.5 p.p.). Este aumento no montante em depósitos deverá ter sido superior ao crescimento nominal do PIB, de acordo com os números preliminares, e foi sentido em particular no início do ano: os depósitos de particulares aumentaram 4.8% yoy no primeiro trimestre de 2016. Se por um lado a quebra de 1.6% no valor dos DP de particulares acompanha a tendência global deste produto (com destaque para uma quebra progressivamente maior no final do ano, chegando a -4.5% no 4T2016), **o aumento dos DO que mais do que compensa a diminuição nos montantes a prazo, de mais de 18%, parece ilustrar uma falta de alternativas de alocação para o dinheiro dos particulares, além dos DO**, mesmo apesar dos montantes significativos investidos pelos particulares portugueses em produtos de poupança do Estado. Além disso, é também um sintoma de um aumento na aversão ao risco por parte dos particulares, o que se deve provavelmente ao **ambiente de maior desconfiança face aos produtos oferecidos pelo sistema financeiro**, depois dos vários problemas revelados na banca portuguesa, em particular aqueles relacionados com o antecessor do Novo Banco.

No que toca às empresas não financeiras, observou-se uma subida significativa nos montantes em depósitos, pelo 3º ano consecutivo (o último ano de quebra foi em 2013, em que os depósitos diminuíram 9.0%), registando-se em 2016 uma média de montantes 5.4% superior à média de 2015. **O crescimento foi particularmente acentuado nos últimos dois trimestres do ano, em 8.3% e 8.5%, respectivamente, no 3T e 4T, o que pode ilustrar um efeito benéfico para a tesouraria das empresas causado por um desempenho melhor do que o esperado da actividade económica na segunda metade de 2016.** Além disso, esta tendência dos últimos 3 anos é também consistente com um fenómeno de entesouramento por parte das empresas portuguesas, em que estas, relutantes em investir, aproveitam a melhoria da actividade económica para reforçar a situação de tesouraria, levando a cabo ao mesmo tempo um processo demorado de desalavancagem. **A mudança de DP para DO é bastante mais evidente no sector empresarial: o montante em DP diminuiu 16.6% na média de 2016, quando comparado com 2015, ao mesmo tempo que ocorreu um aumento de 22.4% nos montantes à ordem** – dos quase EUR 4 mil milhões de aumento nos depósitos à ordem, mais de EUR 2 mil milhões corresponderam a uma descida nos depósitos a prazo, apenas no espaço de um ano.

Depósitos das empresas não-financeiras

(mil milhões EUR)



OPINIÃO

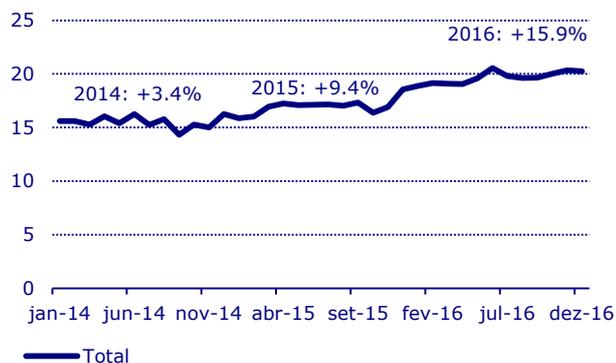
CRÉDITO E DEPÓSITOS EM PORTUGAL (cont.)

Juntando estes dois últimos sectores, observa-se a evolução do sector privado não financeiro (residente), que assim observou um aumento dos depósitos de 3.7%, 1.3 p.p. a mais do que a subida registada no ano anterior. Tal como sublinhado anteriormente no caso dos particulares, trata-se de um aumento seguramente acima do crescimento nominal do PIB, sendo assim um indicador de alguma sustentabilidade da actual retoma económica.

Por outro lado, apesar da pouca representatividade dos montantes em termos globais dos depósitos, o sector não-residente deu uma contribuição importante para o crescimento dos depósitos em 2016. Os montantes detidos por particulares e empresas não-residentes no sector monetário doméstico subiram 15.9% em 2016, depois de um já significativo aumento de 9.4% em 2015. Não se conseguindo entender com segurança as várias razões que justificarão tal aumento, é possível afirmar que os variados esforços de captação de não-residentes (tal como os Vistos Gold) estarão a dar os seus frutos. Sendo possível que esta tendência se deva também a maiores remessas de emigrantes, os números da balança de pagamentos contrariam esta tendência, já que estes valores aumentaram apenas 0.8% em média durante 2016, abaixo aliás da subida de 8.3% em 2015. É curioso verificar (e não encontramos explicação aparente) que, neste caso, a maioria dos montantes são depositados a prazo: dos cerca de EUR 2.6 mil milhões adicionais em 2016, EUR 2.1 mil milhões foram investidos em depósitos a prazo, enquanto apenas EUR 0.5 mil milhões foram depositados à ordem.

Depósitos dos não-residentes

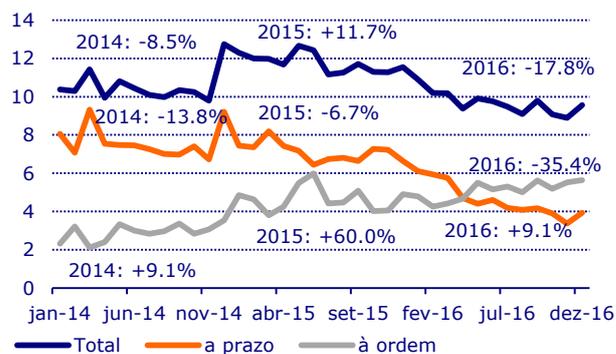
(mil milhões EUR)



Fonte: Banco de Portugal; calc. BPI

Depósitos da Administração Pública

(mil milhões EUR)

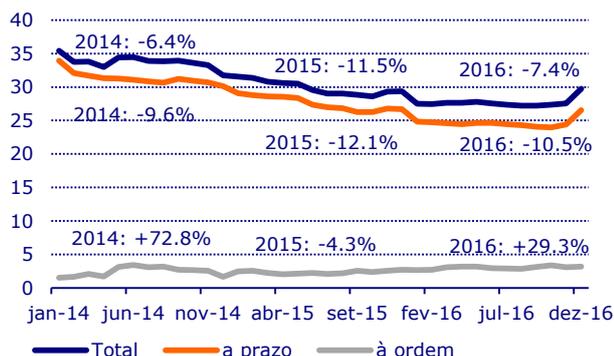


Fonte: Banco de Portugal; calc. BPI

No caso da Administração Pública, observou-se em 2016 uma larga diminuição dos depósitos, de 17.8%, depois de um aumento de 11.7% em 2015. Esta quebra foi sentida em particular nos DP do Estado, que diminuíram 35.4%, verificando-se apenas uma subida de 9.1% nos depósitos à ordem. Uma análise mais desatenta poderia concluir que se está a assistir a um processo de quebra abrupta dos depósitos públicos, mas os montantes médios verificados em 2016 eram inferiores em menos de EUR 1000 milhões ao que se registava em 2014; assim, foi em 2015 que se verificou um aumento bastante acentuado (+60% nos montantes à ordem), que se deveu provavelmente a uma gestão da emissão de dívida, já que 2015 se tratou do ano com os menores custos implícitos da dívida emitida, favorecendo assim uma maior acumulação de depósitos do Estado, de modo estratégico.

Depósitos das OIFAF's

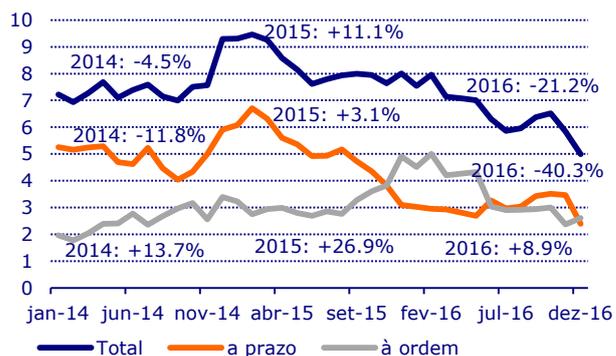
(mil milhões EUR)



Fonte: Banco de Portugal; calc. BPI

Depósitos da Administração Pública

(mil milhões EUR)



Fonte: Banco de Portugal; calc. BPI

CRÉDITO E DEPÓSITOS EM PORTUGAL (cont.)

De maneira similar, também as OIFAF's e as SSFP's contribuíram negativamente para a evolução dos depósitos em 2016, retirando respectivamente 1.0 e 0.8 p.p. ao crescimento dos montantes depositados. No primeiro caso, os depósitos caíram 7.4%, menos do que em 2015 (-11.5%), sendo que também aqui se notou a tendência de maior quebra dos DP (-10.5%), acompanhado de uma subida dos montantes à ordem (+29.3%). Os depósitos das SSFP's foram 21.2% menores em 2016, depois de terem crescido 11.1% no ano anterior. De novo, os DP registaram uma acentuada diminuição (-40.3%), enquanto os DO aumentaram 8.9%. Deve-se tomar em atenção, ainda assim, que a evolução dos montantes à ordem detidos por este sector foi diferenciada durante o ano, observando aumentos na primeira metade do ano (+53.7% e +37.1% yoy no 1T e 2T) e diminuições na segunda metade (-1.6% e -35.4% yoy nos últimos dois trimestres).

Principais indicadores de Crédito e Depósitos em Portugal

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Crédito total	stock médio do ano, milhões EUR	285,509	300,402	307,425	306,075	287,301	264,598	249,422	237,850	228,568
Excluindo AP	stock médio do ano, milhões EUR	267,560	278,376	283,521	278,882	264,610	249,005	234,593	221,902	213,372
Depósitos	stock médio do ano, milhões EUR	197,300	218,489	228,191	250,470	242,945	229,905	228,870	232,438	235,234
Δ Crédito	variação homóloga do stock médio de crédito total	11.0%	5.2%	2.3%	-0.4%	-6.1%	-7.9%	-5.7%	-4.6%	-3.9%
Δ Depósitos	variação homóloga do stock médio de depósitos total	11.3%	10.7%	4.4%	9.8%	-3.0%	-5.4%	-0.5%	1.6%	1.2%
Crédito/Depósitos	percentagem	160%	162%	158%	140%	128%	117%	107%	103%	101%*
Crédito/PIB	percentagem	160%	171%	171%	174%	171%	155%	144%	132%	124%
Crédito em Risco	% Crédito Total	3.6%	4.8%	5.2%	7.5%	9.8%	10.6%	11.9%	12.0%	12.5%*
Crédito Vencido										
Sociedades Não Financeiras	Rácio no final do ano	2.4%	4.2%	4.6%	6.9%	10.5%	13.5%	15.1%	15.5%	15.7%
Particulares	Rácio no final do ano	-	2.9%	3.3%	3.7%	4.0%	4.4%	4.9%	5.0%	4.8%

Fonte: Bdp; Calc.BPI;APB

Nota* Valor relativo a Setembro de 2016.

